

Um Olhar Sobre o Currículo de Formação de Professores do Ensino Primário do Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela

A Look at The Curriculum of the Teacher Training in Primary Education at the Higher Institute of Educational Sciences of Benguela

David Benje Mucuenje¹
Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela, Angola
benjedavid@gmail.com

Resumo

O presente trabalho resulta de uma observação documental, cujo objectivo é analisar o curso de formação de professores do Ensino Primário do Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela (ISCED-Benguela), em particular a sua grelha curricular para a constituição dos dados, foi analisada a grelha curricular do curso onde categorizamos por: fundamentos de conhecimentos teóricos da educação, conhecimentos relativos à formação profissional específica, saberes relacionados e actividades complementares. A mesma categorização permitiu constatar que o referido currículo apresenta um conjunto de disciplinas bastante dispersas e “preocupantes” se tivermos que olhar nas justificações apresentadas para a criação do curso ou mesmo ainda se tivermos que olhar para o objectivo da alteração da lei de base do sistema de educação de Angola (Decreto Presidencial nº 160/18, 2018).

Palavras-Chave: Currículo, formação de professores, ensino primário

Abstract

This work is a result of a documental analysis, and the purpose was to analyse the training of teachers at Higher Institute of Teacher Education (ISCED-Benguela) particularly its curriculum to build data the course curriculum was analysed, it was categorized by foundation of theoretical knowledge of education, knowledge related to specific professional training about related knowledge and complementary activities. The categorization allowed us to notice that the curriculum has several subjects which are not related which is worrying considering the rationale for the creation of the course or if we consider the objective of the change of the education system law of Angola (Presidential Decree nr 160/18, 2018).

Key-words: Curriculum, teacher education, Primary Education

¹ Mestre em Educação. Professor.

Introdução

A formação de professores está relacionada com os saberes: curriculares, científicos, disciplinares, multidisciplinares, técnicos, educacionais e com os conhecimentos de acção que os professores poderão adquirir ao longo da caminhada profissional. Os mesmos conhecimentos estão interligados com as suas actividades de âmbito cognitivo tais como: a interpretação, a análise, a compreensão e a observação.

Assim sendo, podemos constatar porém que a formação de professores, tal como o saber do formador quanto o saber dos formandos são saberes que devem se enquadrar na sociedade em que o indivíduo está inserido. Podemos observar que, o que um professor deve saber ensinar, não constitui acima de tudo um problema cognitivo ou epistemológico, mas uma questão social, tal como mostra a história da profissão docente (Lessard & Tardif, 2005). Alguns autores ao se referirem à formação de professores são de opinião de que:

[...] no processo de formação, o professor não forma apenas um objecto, ele forma sujeitos em função de sua formação docente, ou seja, é o conhecimento e o reconhecimento dos papéis recíprocos que se manifesta nas relações complexas entre professores formador e professores em formação. (Silva & Gadelha, 2012, p. 2)

Compreender e valorizar o significado da formação inicial do professor, são elementos que devem ser levados em consideração quando se propõe pensar na melhoria da educação primária. A valorização do professor inicia-se com o reconhecimento das políticas formativas que regem a profissão docente, bem como com a realidade dos cursos de formação de professores.

No entanto, no contexto angolano, encontramos as directrizes que orientam o Estatuto da Carreira dos Agentes de Educação (Decreto Presidencial nº 160/18, 2018) que propõem alterações no perfil dos Agentes de Educação, com realce nos princípios e objectivos preconizados para o subsistema de Educação Primária. De igual modo, a publicação das normas curriculares de graduação dos subsistemas de Ensino Superior (Decreto Presidencial nº193/18, 2018), impulsionaram mudanças que há muito eram esperadas, as mesmas definem as regras e procedimentos necessários a um adequado planeamento

curricular, bem como a promoção de forma permanente das condições essenciais para assegurar a organização e a gestão curricular dos cursos de graduação ministrados nas instituições de Ensino Superior.

Uma forma de reflectir como os cursos foram concebidos tendo em conta as normas regentes do nosso sistema de ensino, bastará olhar para a composição dos currículos/ projectos pedagógicos dos cursos (PPC), tendo em conta que para além de contemplar aquilo que identifica o curso tais como: perfil de entrada, perfil de saída, objectivos gerais e específicos do curso e as respectivas metodologias, também apresentam argumentos de peso que defendem a importância do processo de formação de professores, o que permite observar as linhas directrizes, a dinâmica do curso pelo qual se pode constatar que professor teremos, acima de tudo não nos devemos esquecer da grelha curricular que é a parte essencial pela qual se pode observar a concepção da objectividade do curso, ou seja, é pela grelha do curso onde se pode observar que profissional poderemos ter.

Entendendo que as Instituições de Formação de Professores, e neste caso em particular os Institutos Superiores de Educação, têm como objectivo a formação de professores, torna-se pertinente reflectir sobre os currículos dos cursos de Licenciatura, observando assim a proposta de formação em uma área específica e também a formação pedagógica do futuro professor. Assim sendo, o presente trabalho tem por objectivo analisar o curso de formação de professores do ensino primário do Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela (ISCED-Benguela), em particular a sua grelha curricular.

Evolução Histórica Do Ensino Angolano

Angola foi durante cerca de cinco séculos, uma colónia de Portugal, a independência de Angola foi alcançada aos 11 de Novembro de 1975. A lei magna de Angola consagra a educação como um direito para todos os cidadãos, independentemente do sexo, raça, etnia e crença religiosa. Em 1977 é aprovado um novo sistema de educação deixando de parte o ensino colonial e tendo iniciado a sua implementação em 1978 no qual se encontram os seguintes princípios: a) Igualdade de oportunidades no acesso e continuação dos estudos;

b) Gratuidade do ensino em todos os níveis e c) Aperfeiçoamento constante do pessoal Docente.

O sistema Nacional de Educação e Ensino é constituído por um ensino geral de base com oito classes sendo quatro classes obrigatórias, um ensino pré-universitário com dois anos, um ensino médio de quatro anos subdividido em duas partes nomeadamente: normal e técnico e por um ensino superior (Ministério da Educação, 1978).

Após à independência, a tendência de organizar o estado ora criado foi a primeira missão dos angolanos, independentemente das prioridades traçadas, a educação não ficou de fora. As primeiras reflexões em torno do Ensino Superior foram de estabelecer os princípios fundamentais de substituir o sistema de ensino colonial que tinha objectivos contrários ao país que acabava de nascer, pois, o ensino colonial tinha, como objectivos criar as suas elites, não investir nos quadros angolanos para a pesquisa, sendo estes privilégios para as suas elites, sem se esquecer do racismo a eles associado.

Olhando para a realidade herdada, e para possibilitar a sua adequação ao Ensino Superior ancorada no diagnóstico do Sistema Educativo, realizado em 1978, a reforma do subsistema do Ensino Superior foi liderada, na década de 1980, pela comissão de reformulação do Ensino Superior. As propostas iniciais da comissão de reformulação do Ensino Superior foram, posteriormente, retomadas nos conselhos Universitários de então, nos estudos sobre o Ensino Superior em Angola (Neto, 2005). O mesmo autor define a reforma educativa como:

[...] a resposta processual a uma intenção política sobre o tipo de sociedade desejada e a elas resultam, pois, da sociedade do reajuste periódico das instituições escolares a novas situações, trazendo soluções novas para os problemas que emergem da evolução das sociedades humanas. Quanto mais aceleradas as mudanças, mais frequentes se encontram os desajustes entre a lei e a realidade, entre as expectativas da sociedade e a responsabilidade das instituições (p.165).

Reforma Educativa de 2001

Em 2001 concebeu-se a necessidade de se pensar em novas perspectivas de organização educacional de Angola com a aprovação na Assembleia Nacional da República de Angola da Lei de Bases do Sistema Educativo (Diário da República lei nº 13/01). Este documento contém o esboço do que se pretende com esta acção, e define o novo sistema de educação, cuja estrutura integra os seguintes subsistemas: Educação Pré – Escolar, Ensino Geral, Ensino Técnico – Profissional, Formação de Professores, Educação de Adultos e Ensino Superior.

O Subsistema do Ensino Geral é constituído por: ensino primário de seis classes (base obrigatória) e pelo ensino secundário que integra dois ciclos, com a duração de três anos cada. O Subsistema de Formação de Professores estrutura-se nos seguintes níveis com a duração de quatro a seis anos, respectivamente: Médio Normal e Superior Pedagógico.

Compreende ainda acções que se enquadram na formação permanente: a agregação pedagógica e o aperfeiçoamento.

A implantação da reforma obedeceu a cinco etapas, sendo: 1ª Da preparação que decorreu de 2002-2012; 2ª Experimentação de 2004-2010; 3ª Avaliação e correcção de 2004-2010; 4ª Generalização de 2006-2011; 5ª Avaliação Global de 2012-2015 (Ministério da Educação A. , 2004).

Breves Considerações Sobre o Estado Actual do Ensino de Angola

Após o cumprimento das quatro etapas da reforma iniciada em 2001, iniciam-se as reformas necessárias para aprimorar os erros detectados na aplicação da reforma de 2001. Em 2018 é aprovado em (Decreto Presidencial nº 160/18, 2018) o Estatuto da Carreira dos Agentes de Educação. Este documento contém o esboço do que se pretende com o perfil dos agentes de educação em relação aos princípios e objectivos traçados para os vários sistemas de educação tais como: Educação Pré-Escolar, Ensino Geral, Secundário, Técnico Profissional, Pedagógico e do Subsistema de Educação de Adultos, constantes na lei de Bases dos Sistemas de Educação e Ensino.

O artigo 17º do Decreto acima define os requisitos para o provimento de professor do Ensino primário onde podemos ver que:

1. Para o provimento na Carreira de Professores do Ensino Primário, o candidato deve possuir no mínimo a Licenciatura em Ciências da Educação, na Especialidade de Instrução ou numa Primária ou numa outra área do conhecimento devendo, nesse caso, possuir agregação pedagógica conferida por uma entidade pública competente;

2. Não sendo possível assegurar o provimento integral nos termos do número anterior, podem ser admitidos à carreira de Professores do Ensino Primário candidatos que preencham um dos seguintes requisitos:

a) Ser Bacharel em Ciências da Educação na Especialidade de Instrução Primária;

b) Possuir II Ciclo do Ensino Secundário Pedagógico na Especialidade de Ensino Primário;

c) Possuir II Ciclo do Ensino Secundário Geral e agregação pedagógica conferida por uma entidade pública competente;

d) Possuir o curso Médio de Educação de Infância.

3. Em qualquer um dos casos previstos nos números anteriores, o candidato deve ser proficiente na língua portuguesa e o título académico deve ser certificado pelas entidades públicas competentes;

4. A agregação pedagógica a que se refere o nº1 e a alínea c) do nº 2 do presente artigo pode ser ministrado após a admissão, antecedendo, contudo, ao período de ministração de aulas.

Constata-se pelo perfil do professor do ensino primário que há uma exigência da Licenciatura como habilitação literária fundamental, embora com a orientação de formação na área de educação, encontra-se no mesmo perfil uma abertura de aceitação de outras áreas do saber, onde o técnico é muito mais valorizado em detrimento do pedagógico, pois pelo artigo 4.º vê-se que a agregação pedagógica pode ser secundária.

Formação de Professores e o Currículo

Uma sociedade marcada por uma crise de valores ou pouca qualidade de ensino como é o caso da sociedade angolana, particularmente as escolas que, de uma parte a esta, deixaram de cumprir com o seu verdadeiro papel que é o de formar o homem novo tendo em conta a sua realidade, O papel do Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela reflecte-se no projecto de construção da nova sociedade que se deseja, ou seja, aquela que consegue dar respostas a várias situações que podem surgir ao longo dos tempos modernos.

Pela sua natureza científica, o Instituto Superior de Ciências da Educação é o conjunto de todas as instituições de Ensino Superior em Angola, aquela cujo campo de actuação Científica assenta na formação de professores para as diferentes áreas Científicas (Psicologia, Pedagogia, História, Sociologia, etc.) (Kajibanga, 2002)

Orientação Curricular para a Formação do Professor do Ensino Primário

A publicação do Estatuto da Carreira dos Agentes de Educação trouxe muitas mudanças no sistema de educação angolano, por um lado, redefine e define o posicionamento do agente de educação e, por outro lado, está orientada à matriz desejada para se poder elevar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem angolano que há muito se espera e se deseja.

Com vista a enquadrar as preocupações apresentadas da avaliação realizada no sistema de educação, surgiram orientações curriculares para a formação dos agentes da educação e nele estão direccionadas todas as normas de elaboração curriculares, bem como os respectivos perfis desejados, e assim a aprendizagem de qualidade acaba de ser o lema central de toda a reestruturação que se está a realizar no âmbito educacional tal como está plasmado no documento oficial do plano curricular do Ensino Pedagógico, INIDE:

A aprendizagem de qualidade é, actualmente, a meta do acto educativo que tem lugar em instituições de ensino, vulgarmente conhecidas por escolas. No entanto, o alcance dessa meta implica um trabalho didáctico-pedagógico que esteja verdadeiramente ao serviço da assimilação e acomodação do conteúdo do ensino na estrutura cognitiva do sujeito em construção social (aluno). Com efeito, ao trabalho docente será requerido o uso diversificado de procedimentos metodológicos que demandem, não só a memória para retenção dos conteúdos, mas também, outras habilidades intelectuais do aluno na perspectiva da sua formação integral, apontando para a utilização dos conhecimentos científicos aprendidos na resolução tanto de problemas do mundo da ciência, como os da

vida quotidiana. Nesse sentido, pressupõe-se que a abordagem dos conteúdos de ensino e da aprendizagem, em contextos escolares, seja feita mediante envolvimento de diferentes níveis de aprendizagem, dentre os quais, destacam-se os seguintes: (a) nível reprodutivo do conhecimento, (b) nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza científica e (c) nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza social (INIDE, 2019, p. 13).

Os três níveis reflectidos na aprendizagem dos alunos são complementares uns aos outros, pois é por via dos mesmos que se pode desenvolver outras habilidades nos alunos, tais como: a habilidade intelectual, a habilidade afectiva, a habilidade social, a habilidade moral e a habilidade física. Para a concretização destas acções é fundamental que se olhe para a descrição do currículo destinado ao professor do Ensino Primário.

Estrutura Curricular Para o Ensino Primário

A elaboração do currículo para o Ensino Primário obedece a três áreas de formação, fundamentalmente:

1^o Formação geral – São considerados conhecimentos da área geral dentro do currículo do ensino primário todas aquelas disciplinas que criam no professor uma cultura ampla e que sirva de grande suporte às áreas de conhecimento;

2^a Formação específica – Toda aquela que está relacionada com a criação da perícia pedagógica, pois, é dela que dependerá a acção de ensinar o saber pedagógico;

3^a Formação profissional – É toda aquela que dá a habilidade da acção de saber ensinar, aqui o agente da educação aplica na prática todos os conhecimentos adquiridos na formação geral e específica.

As três áreas às quais recai a formação do professor do ensino primário levam a que se possa distinguir quais as matérias necessárias para esse fim e como ele deve ser habilitado, e assim sendo, pode-se constatar que as normas curriculares para a formação do professor do ensino primário se diferenciam nas matérias para habilitar o futuro professor para a docência. De facto, requiere-se atenção para que se possa distinguir a matéria que constitui objecto

de ensino na formação geral, a específica, na formação profissional. Face a esta contradição aparente evocada, deve existir uma distribuição equitativa e equilibrada para que o professor seja aquele de quem se espera capacidade de conhecer as ciências e as respectivas metodologias (INIDE, 2019).

Seria bom apresentar a estrutura curricular em função das áreas de formação.

Caracterização das Disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática no Currículo da Formação de Professores do Ensino Primário (Disciplinas Fundamentais) nas Instituições Pedagógicas

A disciplina de Língua Portuguesa contempla no seu programa a “Literatura para Infância”, por se considerar que esta é parte integrante da Língua Portuguesa, uma unidade sobre o aperfeiçoamento da caligrafia e outra sobre a actividade de expressão dramática.

É importante que o formando tenha noções de Literatura para a infância, com particular incidência da literatura angolana, com objectivo de se criar na criança o gosto pelo livro, pela leitura, permitindo-lhe um alargamento cultural e científico de modos que melhore e desenvolva a sua criatividade, o conhecimento do mundo em que vive e dos problemas que ocorrem. É também através da literatura que a criança entra em contacto com as tradições e problemas sociais de outros povos, inculcando-se nela o respeito por essas mesmas culturas e tradições. O aperfeiçoamento da caligrafia é fundamental para um professor que vai ensinar os alunos a escrever de forma legível. (INIDE, 2019)

A disciplina de Matemática ao longo dos seis anos do ensino primário contempla no seu programa matérias tais como: Geometria básica, Aritmética básica e não racional, álgebra básica e Estatística.

É importante que o formando tenha noções fundamentais das áreas da Matemática básica, com objectivo de se desenvolver no aluno habilidades que muito se precisam para o mundo moderno, totalmente tecnológico. A ausência de conhecimento matemático na base cria transtornos para todo o sistema de educação posterior do aluno.

As finalidades da elaboração de uma matriz curricular encontradas no documento oficial do INIDE são:

1^a Preparar cientificamente e pedagogicamente professores para praticarem um ensino globalizador; trabalharem em ligação com os colegas da mesma turma e com a comunidade envolvente;

2^a Possibilitar a integração dos professores na sociedade através do estudo de diversos saberes científicos;

3^a Aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos no 1^o Ciclo do Ensino Secundário e promover a aquisição de novos conhecimentos;

4^a Formar a curto prazo professores do ensino primário. (INIDE, 2019, p. 26)

Curso de Licenciatura do Ensino Primário como Variante do Curso de Pedagogia

O curso de Licenciatura, que se propõe analisar, tem uma história relacionada com o surgimento do primeiro ISCED em Angola, quando se propunha analisar a reforma do ensino, o que veio acontecer em 1980 com a criação do ISCED do Lubango, a mesma estava assente nos objectivos de formar o homem novo com a qualificação necessária e desejada, habilitar os profissionais de educação promovendo a investigação científica e a formação técnica. Após tantos anos de Guerra e com o alcance da paz em 2002, compreendeu-se que as linhas antes criadas, resultantes da primeira reforma, já não eram sustentáveis. Foi assim que se pensou no desenvolvimento do País, começando ou retomando a discussão sobre a Reforma Curricular no Ensino Superior e nos ISCED's em particular (Ferreira, 2008).

A aprovação do plano de estudos do Ensino de Pedagogia com a variante de Ensino Primário está sustentada pelo Despacho n^o13 (2013) onde se orienta a continuidade da matriz curricular que se herdou da Universidade Agostinho Neto, a sustentação de abertura do curso está relacionada com a conformação da regulamentação do sistema de Educação de Angola (Decreto Presidencial n^o 160/18, 2018) que reflete o Estatuto da Carreira do Agente de

Educação, onde se orienta que o professor para o Ensino Primário deve possuir a Licenciatura. E, por outro lado, nota-se uma fraca preparação dos professores de Ensino Primário seria ideal especificar que instituição forma (prepara) estes professores, assim sendo, o ISCED de Benguela passou a contar com a variante de Educação de Ensino Primário apenas a partir do ano de 2019.

O curso é ministrado no período diurno e noturno, com duração de 08 semestres (04 anos) com duas variantes: Bacharelato e Licenciatura ver nova Lei de Bases do Sistema de Ensino (Lei n.º 32/20 de 7 de Outubro. A regulamentação do curso é dada a partir das orientações contidas nas Linhas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Ensino com agregação pedagógica

De acordo com seu Currículo, o objetivo do Curso de Licenciatura em Pedagogia com variante em Ensino Primário é formar o professor do ensino Primário para o Ensino na Monodocência com ênfase no Ensino Primário, na perspectiva de uma actuação profissional eficiente, tendo o entendimento de que a ele cabe o papel de ser o agente de mudanças no contexto da educação.

Nesse contexto, é importante mencionar que a matriz curricular analisada neste trabalho é a que está a ser utilizada actualmente, onde uma preocupação encontrada no primeiro momento e, que chama a atenção, é o não enquadramento das ciências básicas no primeiro ano, e também a tendência que se está a ter de manter a mesma matriz curricular, embora com a discussão que está ocorrendo no país sobre as reformas curriculares. Outra preocupação relevante encontrada foi o relatório do Ministério da Educação que identificou debilidades nos alunos do ensino primário, dentre as debilidades são apontadas o fraco nível de interpretação de textos nos alunos e a pouca capacidade de realizar cálculos.

Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso, e tem como principal aporte a análise documental que, segundo (Morgado, 2012), para a utilização da análise documental deve se ter em conta dois aspectos

fundamentais: em primeiro lugar, deve-se ter em conta a pertinência das fontes que se utiliza para a investigação e sua eficácia, tendo em conta as dúvidas que podem surgir sobre as fontes e, em segundo lugar, decorre do primeiro momento, a necessidade de permanente atitude crítica por parte do investigador.

Assim sendo, utilizou-se como fonte de recolha o Currículo de Pedagogia com a variante de Ensino Primário, além dos documentos que o regulamentam, como as Normas Curriculares e o projecto de alteração de sua matriz curricular. Também, aplicou-se um questionário em três estudantes do Curso de Ensino Primário para que se pudesse perceber a implicação da grelha curricular na sua formação, as respostas obtidas foram importantes na discussão uma vez que possibilitaram a comparação dos aspectos constantes da grelha curricular das disciplinas com o que realmente lhes espera, isto é, contrastar a teoria dos documentos com a futura prática e, com efeito, reflectir sobre os objectivos reais do curso.

Ao analisar o Currículo de Pedagogia com a variante de Ensino Primário, buscamos considerar e reflectir sobre questões como: organização, características do curso e das disciplinas, a fundamentação teórica que sustenta o curso, a forma como a educação e a profissão docente são tratadas, a estruturação do curso e a matriz curricular entre outras questões. Apoiamos também nos autores que muito discutem a formação de professores e as respectivas normas que regem o sistema de elaboração curricular (Simão, 1980; Ferreira, 2008; Alarcao, 2005; Lessard & Tardif, 2005; Cardoso & Flores, 2009) também há que notar que a avaliação curricular do curso mencionado foi sancionada por dois documentos: um institucional e outro legal, assim como foi objecto de abordagem de certos autores (INIDE, 2019; Decreto Presidencial nº 193/18, 2018; (Bardin, 1991; Silva & Gadelha, 2012; Chivela, 1986; Bondo, 1980).

Devido a impossibilidade de acesso físico às instituições, causada pelo estado de calamidade em consequência da COVID-19, recorreu-se a amostragem proporcional estratificada. *“A amostragem proporcional*

estratificada considera a população dividida em estratos, em que cada estrato abrange um subconjunto da população que reúne características comuns entre elementos” (Tiboni, 2010, p. 15).

Para a sua aplicação, utilizou-se o *Google drive*, adicionou-se-lhe um *link* para o questionário, as respostas foram geradas pelo mesmo *link* que permitiu a criação das respectivas tabelas de frequência. Aos investigadores coube apenas a tarefa de interpretar os dados de acordo com os autores anteriormente referenciados.

Análise e Discussão dos Resultados

Grelha Curricular de Formação de Professores do Ensino Primário

Tendo em conta a categorização que pode ser atribuída para a definição da grelha curricular, as categorias usadas para a observação da grelha curricular, foi feita a triangulação com o referencial teórico do presente estudo, assim podemos ter a: formação geral, formação específica, formação profissional (metodologias) e foi adicionado a categorização de outros saberes na grelha, pois a mesma apresenta-se muito densa. A categorização contempla:

Formação Geral: Português I e II, Literatura infantil;

Formação Específica: História da Educação, Pedagogia Geral, Psicofisiologia, Psicologia Geral, Didáctica Geral, Estatística Aplicada a Educação, Psicologia do Desenvolvimento, Sociologia da Educação, Teoria da Educação, Desenvolvimento Curricular, Didáctica Especial da Pedagogia, Dificuldades de Aprendizagem, Filosofia da Educação, Necessidades Educativas Especiais, Educação Comparada, Estágio Profissional, Metodologia da Investigação em Educação, Necessidade Educativas Especiais, Pedagogia Diferencial e Lógica Formal

Formação Profissional (Metodologias): da Educação Pré-escolar, de Ensino da Geografia, de Ensino da Matemática, de Ensino do Meio e

Ciências Naturais, de Ensino de Língua Portuguesa e de Ensino de Expressões Físico-Motoras e Musicais.

Ouros Saberes: Anatomia e Fisiologia Humana, Filosofia Geral, Língua Estrangeira I e II (Inglês ou Francês), Informática, Demografia, Ética e Deontologia Profissional, História de Angola, Sociologia Geral, Desenvolvimento e Orientação Escolar e Profissional, Saúde Segurança e Ambiente, Teoria e Prática de Testes Psicopedagógicos, Estágio (relatório) e Seminário em Educação Primária.

Pelas categorias criadas e observadas, constatam-se muitas deficiências pois por elas podemos observar que na categoria de formação geral, as disciplinas da grelha curricular representam apenas 6,8%, ao passo que a formação específica representam 45,5%, a formação de professores 15,9% e no final temos os outros saberes que representam 31,8%.

Por meio desta, constatamos também um grande vazio entre as metodologias especiais e as disciplinas que as sustentam que são as ciências a elas interligadas. A formação de um professor para as classes iniciais deve ser sustentada por duas categorias fundamentais: primeiro, as ciências básicas e, segundo, as metodologias destas ciências a elas alinhadas (Oliveira, Alves, Almeida, Domingues & Oliveira, 2017).

Independente da existência do estágio, o quarto ano não está sustentado com a prática, retira-se assim a grande importância que a disciplina de Prática Pedagógica teria na formação do professor, pois é por ela que o futuro professor se socializa com a acção didáctico-pedagógica e o ambiente de lidar e conhecer a sua futura profissão. Concordamos com (Alarcão, 2005) quando afirma que a importância de formar um aluno crítico e reflexivo, parte da acção do Professor em compreender que a importância da prática pedagógica, porque é por meio desta que o aluno se poderá integrar no meio escolar.

Aconselha-se a apresentar a grelha curricular onde se pode verificar a carga horária semanal e semestral, se a unidade curricular é semestral ou anual.

Questionário Aplicado aos Estudantes

Com vista a compreender melhor a análise documental da grelha curricular, foi aplicado um questionário para ver como os estudantes pensam sobre o currículo e em particular a grelha curricular do seu curso. Por força da situação da pandemia, dos 20 questionários enviados apenas obtivemos resposta de três estudantes que constituem a amostra da nossa investigação, como se pode notar, as suas respostas estão reflectidas na tabela abaixo, tal como podemos observar:

Tabela 1: Área de Proveniência

Área de Proveniência	Fr	Fr (%)
Magistério Primário	2	66,7
Escola De Formação de Professores (EFP)	1	33,3
Ensino Geral	0	0
Industrial	0	0
Total	3	100

Fonte: Elaboração Própria

O interesse em saber a área de formação dos estudantes e as respectivas Instituições, além do actual momento que se vive em Angola de grandes reformas, visava compreender a proveniência quanto a formação do Ensino Secundário, pois por meio desta fica-se a perceber quais os alunos que têm um domínio anterior ao curso pelo qual se candidataram. Assim sendo, pelas respostas, podemos constatar porém que dos três estudantes que participaram da investigação dois que representam 66,7% tiveram sua formação de base na área em que estão a se formar e um estudante que perfaz 33,3% tem formação de base na área de educação, embora com a didáctica especial destinada a uma área do saber, pois, as escolas de formação de Professores formam professores por cursos das ciências de uma forma específica.

A segunda questão visava perceber se os alunos têm um certo conhecimento sobre a grelha curricular do curso que estão a frequentar, dos mesmos se observou um certo conhecimento e preocupação de dominarem o seu curso, constatou-se que:

Tabela 2: Conhecimento da Grelha Curricular

Conhecimento da Grelha	Fr	Fr(%)
Sim	3	100
Não	0	0
Total	3	100

Fonte: Elaboração Própria

Em relação à grelha curricular do Ensino de Pedagogia com variante em Ensino Primário, os três estudantes participantes da investigação e que perfazem 100%, mostraram que têm o conhecimento do currículo que compõe a sua formação. Em parte, este requisito de que dispõem corresponde à situação de cumprimento obrigatório como podemos constatar no (Decreto Presidencial nº 160/18, 2018), no seu artigo 16º na alínea d) consta o seguinte: “Para o exercício da função de professores no ensino primário é exigido que se domine os perfis, objectivos, planos de estudos, programas de ensino e manuais escolares”.

A partir da questão anterior, observou-se um conhecimento do plano de estudo por parte dos participantes da investigação e em particular a grelha curricular, com vista a compreender-se o nível de satisfação diante do conhecimento que os mesmos têm, formulou-se a pergunta a seguir, onde se pode ver que:

Tabela 3: Grau de Satisfação da Grelha Curricular

Grau de Satisfação	Fr	Fr(%)
Muito alto	0	0
Alto	0	0
Médio	0	0
Baixo	1	33,3
Muito baixo	2	66,7
Não respondeu	0	0
Total	3	100

Fonte: Elaboração Própria

Existe uma grande preocupação para com o currículo apresentado e, muito em particular, a sua grelha curricular, porque dos três estudantes que

participaram da investigação dois (2) apresentam como nível de satisfação Muito baixo o que perfaz (66,7%) e um (1) de satisfação Baixo que perfaz (33,3%).

Com o interesse de saber as características positivas e negativas atribuídas da tabela nº3, levantaram-se questões fechadas com o rol de características, para que os participantes da investigação marcassem as que consideravam importantes para os seus cursos. As características foram construídas a partir de um pré-teste organizado com questões abertas, as quais foram categorizadas pela análise de conteúdo (Bardin, 1991).

Nas respostas dos participantes da pesquisa, o aspecto positivo apontado da grelha curricular consistiu: na existência das metodologias dirigidas o que perfaz (66,6%), na existência das disciplinas de educação (100%) e na existência de bons professores no curso (33,3%).

Em relação à categoria negativa, foram apontadas: a inexistência de ligação das metodologias com as suas ciências, por se considerarem maus alunos em Matemática (66,6%) e, por outro lado, por se considerar mau aluno em Língua Portuguesa (33,3%), a ausência das disciplinas de práticas pedagógicas (66,7%) denuncia que o currículo está desfasado da realidade social e não se enquadra com o perfil de saída (100%).

Com base nessas informações, pode-se perceber que os estudantes participantes da investigação têm noções da forma como um currículo está estruturado e em particular a sua grelha curricular. Por outro lado, nota-se uma preocupação de se olhar para a qualidade das suas futuras profissões. Outro dado importante e preocupante é a ausência de interligação das metodologias com as ciências básicas, o que convoca uma revisão curricular com urgência. Por via disto, a formação dos futuros professores do Ensino Primário tornar-se-á “improfícua” à actuação dos mesmos no ensino pelo qual se destinam formar, porque existe ausências de componentes “Científica e pedagógica” na grelha curricular (Cardoso & Flores, 2009).

Considerações Finais

Realizar uma análise curricular de um curso nos momentos actuais em que se regista muitas mudanças no contexto angolano não é uma tarefa fácil, pois, a par disto está o excesso de produção de regulamentação que visa melhorar o sistema de educação, aliado a isto tudo está o momento ímpar que a Humanidade está a viver (especificar que momento) o que torna muito mais difícil ainda a aquisição de documentos e a respectiva recolha de dados.

O Curso de Pedagogia com a sua variante em Ensino Primário que constitui o objecto deste estudo é novo no Instituto Superior de Ciências de Educação de Benguela, embora tenha herdado a sua matriz curricular nas reformas de 2004, actualizadas em 2008, o que torna muito complexa tal análise, por um lado, por se observar que a matriz em estudo tenha sido criada num contexto diferente ao que se vive e, por outro lado, tem-se observado que a abertura do curso não permitiu fazer actualizações substanciais ao contexto e actualização das regulamentações actuais, assim sendo, pelo currículo e em particular a grelha curricular permitiu-se constatar o seguinte:

Existe um desfasamento da grelha curricular com as normas que norteiam a elaboração curricular no nosso contexto;

Existe um volume de disciplinas que pouco contribuem para a perícia do professor do Ensino Primário;

Existe duas metodologias que têm o mesmo objectivo nomeadamente: metodologia de geografia e metodologia do meio e Ciências Naturais;

As metodologias não estão sustentadas com as suas disciplinas de base, aquelas que constituem o objecto de estudo;

A inexistência da disciplina de Prática p\Pedagógica;

Na grelha curricular não estão reflectidas as disciplinas consideradas fundamentais para se lecionar no ensino primário nomeadamente: Língua Portuguesa e Matemática;

A Língua Portuguesa que consta da grelha curricular está de forma transversal em todos os Institutos Superiores de Ciências de Educação, pois está no primeiro e segundo ano com dois tempos semanais apenas.

Por isso aconselhou-se a apresentar a grelha curricular para se verificar o que está referido nas constatações acima

A partir do questionário aplicado aos estudantes, pode-se inferir que os participantes da investigação têm clareza sobre os aspectos que devem compor o currículo em particular a grelha curricular do curso de formação de professores para o Ensino Primário, tendo em conta o conhecimento dominado pelos mesmos existe uma preocupação com a qualidade de ensino, pois apontaram aspectos negativos que podem concorrer para a ineficácia das suas acções no futuro. No entanto, é bom observar também que os participantes apontam certos aspectos que consideram de positivos tais como: a existência de metodologias específicas na grelha curricular.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, I. (2005). *Formação Reflexiva de professores: estratégia de Supervisão*. Porto: Porto Editora.
- Bardin, L. (1991). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bondo, P. F. (1980). *A situação curricular na U.A.N. A Reforma curricular a U.A.N. : Seus pressupostos Básicos e possibilidades*. Luanda: Revista do ISCED.
- Cardoso, E., & Flores, M. A. (2009). A formação Inicial de Professores em Angola. Problemas e Desafios. *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho.
- Chivela, D. (1986). *Avaliação Reforma e Desenvolvimento curricular*. Luanda: INIDE.
- Decreto Presidencial nº 160/18, 3. d. (3 de Julho de 2018). Estatuto da Carreira dos Agentes de Educação. *Estatuto da Carreira dos Agentes de Educação*.
- Decreto Presidencial nº193/18, d. 1. (10 de Agosto de 2018). Normas Curriculares Gerais para cursos de Graduação do subsistema de Ensino Superior.
- Despacho nº13, R.-U. (01 de Outubro de 2013). Diário da República lei nº 13/01, d. A. (s.d.). Lei de Bases do sistema de educação.

- Ferreira, A. d. (2008). Repensar a profissionalização em Ciências da Educação. *Actas do primeiro encontro Nacional das Ciências da Educação* (p. 12). Luanda :CIED-Braga-Portugal.
- INIDE. (2019). *Plano Curricular. Ensino Secundário Pedagógico*. Luanda: Editora Moderna / 1ª Edição.
- Kajibanga, V. (2002). *Introdução ao Dossier sobre a reforma curricular: Luanda. Dossie do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda* . Luanda: Edições Kulonga.
- Lessard, C., & Tardif, M. (2005). *Elementos para uma teoria da docência como profissão de interação humanas. Tradução de João Batista Kreuch*. Petrópoles,Rio de Janeiro: Vozes.
- Ministério da Educação. (1978). Princípios de Base para a reforma do sistema de Educação e Ensino. República Popular de Angola.
- Ministério da Educação, A. (2004). Consulta Pública sobre o plano de acção Nacional de educação para todos: Cronograma e Estratégia de implantação da lei de bases do sistema de Educação. Vol.6. Luanda.
- Morgado, J. (2012). *O estudo de Caso na Investigação em educação*. De Facto.
- Neto, M. B. (2005). *História e educação em Angola. Do colonialismo ao Movimento popular de Libertação de Angola*. SP-Brasil: Campinas.
- Oliveira, T., Alves, F., Almeida, M., Domingues, F., & Oliveira, A. (2017). Formação de Professores em foco: Uma Análise Curricular de Um curso de Licenciatura em Química. *Actio*, 137-158.
- Silva, J. M., & Gadelha, L. (2012). O currículo e a formação de professores na Educação do Campo. *FRONTEIRAS COMTEMPORÂNEAS*. " *Desenvolvimento, conflitos e Sociabilidades nas Amazônias*, 17.
- Simão, P. (1980). *Reforma Educativa no contexto do desenvolvimento de Angola* . Luanda/RPA: INALD.
- Tiboni, C. (2010). *Estatística Básica. Para os Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Tecnológicas e de Gestão*. São Paulo : Editoras Atlas.

Recebido em 17 de Agosto de 2020
Aceite em 07 de Outubro de 2020



Este artigo está licenciado sob a licença: [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica do ISCED-Huíla.